

**BALBUCIOS DOS PLANETAS SEM BOCA NA ILHA
GRANDE E NO CARANDIRU:
(ou apontamentos sobre o testemunho de presos comuns e o
papel do intelectual como mediador)**

Doutoranda Teresa Andrea Florêncio da Cruz¹ (UFRJ)

Resumo:

Partindo do debate contemporâneo sobre a escrita do testemunho carcerário e o papel do mediador em sua produção, este estudo procura examinar as obras de dois ex-detentos da Ilha Grande e do Carandiru. A pesquisa acaba por ocupar-se particularmente dos discursos que ecoam em determinado momento da década final do século XX, plasmando-se sob a forma escrita e dando conta da trajetória dos infames no mundo carcerário e da relação problemática que estabelecem estes balbucios emergentes com as vozes de mediadores já estabelecidos no campo da palavra escrita. Em contraponto com a leitura de Memórias do cárcere e Estação Carandiru, buscaremos pensar o processo de representação destes novos atores através do testemunho carcerário, discutindo de modo mais detido alguns aspectos de sua especificidade como as negociações destes subalternos com a “cidade letrada”.

Palavras-chave: testemunho carcerário, mediador, vidas infames, violência, subalterno

A escrita sobre a experiência do encarceramento tem despertado interesse crescente na tradição literária ocidental. A lista das narrativas produzidas a partir da clausura é vasta: *A balada do cárcere de Reading* (1858), de Oscar Wilde; *Recordações da casa dos mortos* (1861), de Fiodor Dostoiévski; *Cadernos do cárcere* (1948), de Antonio Gramsci; *Memórias do cárcere* (1953), de Graciliano Ramos, para citar apenas alguns títulos clássicos.

Mais recentemente, algo em torno no início dos anos 2000, os escritos de homens comuns que se tornaram escritores na prisão ou a partir da experiência do encarceramento começaram a abrir espaço nas *páginas* dos suplementos culturais de grandes jornais e revistas, publicados em grandes ou médias editoras¹ engrossando a lista de escritos que dão a conhecer a vida na prisão. Figuram entre eles os livros *Vidas no Carandiru* (2002), de

¹ Ver, por exemplo, a publicação da revista *Fórum*: “Carandiru, 20 anos – responsáveis pela tragédia ainda não foram punidos e massacres continuam.” (setembro de 2012) e a publicação da matéria do Jornal *O Globo* “O incrível golpe de sorte que salvou um preso da morte no massacre do Carandiru” (*O País*, domingo, 24/04/2013), mais recentes. Ver também a matéria do Jornal *Folha de São Paulo* sobre o lançamento do livro *Sobrevivente André do Rap*: “Sobrevivente relata massacre do Carandiru.” (*Folha de S. Paulo*, “Ilustrada”, 09/09/2002). Na revista *Isto é Gente*, a matéria “Memórias do cárcere: parceiro do rapper Mano Brown, o ex-detento Jocenir lança livro sobre a sua vida atrás das grades.” (04/06/2001). Uma rápida mirada nas publicações revela, diante de tais escritos e sobre a realidade de que tratam, uma postura que frequentemente oscila entre atração e rejeição, tornou-se mercadoria de grande valor, explorada pelos mais diversos meios de comunicação.

Humberto Rodrigues; *Diário de um detento: o livro* (2001), de Jocenir; *Memórias de um sobrevivente* (2009), de Luiz Alberto Mendes, *Sobrevivente André du Rap (do massacre do Carandiru)* (2002) e *Quatrocentos contra um: uma história do Comando Vermelho* (1991), de William da Silva Lima, entre vários outros títulos que integram a lista de publicações ligadas à vida na prisão no Brasil.²

À multiplicidade e variedade de narrativas sobre a experiência carcerária não parece corresponder, entretanto, a um movimento igualmente crescente do interesse teórico sobre a questão. A fortuna crítica contemporânea especializada no relato do cárcere brasileiro ainda se mostra tímida e frequentemente toca na questão por vias tangenciais. De modo geral, o caminho para se pensar tal produção passa por aqueles que se debruçam sobre a literatura do testemunho e do *testimonio* latino-americano, conceito que tem ganhado cada vez mais espaço nos estudos literários e que tem girado em torno do debate sobre as relações entre escrita e exclusão social (SELIGMAM-SILVA, 2007, p.36) e cuja expansão tem sido marcada por variadas dificuldades e contradições conceituais.

A expressão *literatura de testemunho* tem sido usada frequentemente em referência aos livros de Primo Levi (memórias e contos) e Paul Celan (poesia) sobre os campos de concentração nazistas na Segunda Guerra Mundial. O termo foi apropriado mais tarde pelos estudos latino-americanos, nos quais se destacam os nomes da índia guatemalteca Rigoberta Menchú (depoimento dado à antropóloga Elizabeth Burgos) e do cubano Miguel Barnet. Mais recentemente, mas não de modo tranquilo, a expressão tem sido usada também para a produção carcerária, com os livros de Luiz Alberto Mendes e André du Rap.

É dessa maneira que os escritos do cárcere se inscrevem na literatura de testemunho, tema que tem tido cada vez mais entrada no universo das discussões acadêmicas via trabalhos e pesquisas que começam a ser objeto de análise na área de Letras, mas das mais diversas áreas, como Ciências Sociais, História, Antropologia e Filosofia.

Dentre as várias questões que despertam interesse sobre tais escritos inseridos num complexo panorama cultural que se desdobra numa demanda crescente pelas vozes dos marginalizados³, interessa como ler ou, de fato, como tornar legíveis num eixo comum de leitura e análise quatro textos recortados de um universo mais amplo, que contam de distintas maneiras uma história ou uma experiência de vida atravessada pela violência do cotidiano carcerário e que articulam de diferentes maneiras a tensão que define a relação entre o escritor e o Outro. Por isso, importa também pensar sobre o papel do intelectual que narra tal experiência ou assume o papel de mediador dessa narrativa. Ou seja, em grande medida, o direcionamento que orienta o trabalho é aquele que busca ler nos textos que

² Em artigo intitulado “Novos escritos dos cárceres: as memórias de um sobrevivente, de Luiz Alberto Mendes”, Márcio Seligmann-Silva discorre sobre a originalidade e a qualidade ímpar do texto de Mendes. O crítico ressalta a diferenciação positiva da obra em relação a outros escritos de natureza semelhante publicados nos últimos anos em São Paulo em função de uma abertura social para essa narrativa e da opção estética pelo “modelo literário mais tradicional” somado a uma linguagem mais selecionada e polida do que observa frequentemente.

³ O próprio Graciliano revela o interesse antigo de conhecer de perto os criminosos: “Eu era um rabiscador provinciano detestado na província, ignorado na metrópole. Iriam analisar-me os romances, condená-los, queimá-los, chamar para eles a atenção da massa? Ou lançar-me-iam, tacitamente, culpado, no meio de criminosos, indivíduos que sempre desejei conhecer de perto?” (RAMOS, 2008, p.77). A atração pelas figuras marginais não é nova em nossas letras e se configura inclusive como uma das problemáticas das artes contemporâneas.

compõem o nosso corpus (*Memórias do cárcere, Carandiru, Quatrocentos contra um e Sobrevivente André du Rap*), o que os guia e dirige. Logo, somos obrigados a ler o que neles não aparece, ou aparece de modo mais ou menos inconsciente nos processos que orientam sua escrita e sua recepção.

Interessa, pois, o que motiva a necessidade de tornar a experiência vivida um relato escrito, investigar o movimento que leva a querer narrar essa história e o lugar de onde fala o sujeito da enunciação, entender a escolha do livro como meio privilegiado de expressão em ambiente não especialmente letrado e analisar os seus próprios meios de fazê-lo. Investigar aqui a adoção de modelos tradicionais de escrita tanto pelos intelectuais quanto no caso dos escritos dos ex-presidiários, ainda que tais obras denunciem uma sociedade que os exclui, mas a qual querem pertencer e cujas leis reconhecem e legitimam.

A narrativa a partir do cárcere deixa ver, portanto, que o caminho da escrita apresenta-se como uma possibilidade de reconhecimento, de legitimação. A intenção aqui, por isso, não é discutir a propriedade da classificação ou da inserção dessas obras na literatura canônica, senão refletir sobre a investida no objeto livro e sobre o papel da mediação nesses escritos. É por esse viés que se abordam e analisam as narrativas do cárcere, através de caminhos que se orientam não tendo como horizonte uma resposta clara e definitiva sobre tais produções, mas considerando as perspectivas que vão se abrindo ao longo das análises e confrontos teóricos.

Os fios frágeis que sustentam e aproximam as diversas linhas de força que atravessam e moldam a pesquisa sobre os escritos do cárcere – a apropriação do objeto livro, a adesão a códigos de escrita canônicos, o estatuto de autor, a representação, a autorrepresentação e a mediação - apontam para um novo quadro de práticas e discursos que permanecem no horizonte como possibilidade, ainda que remota, de superar o silenciamento dos subalternos e de reavaliar a participação do intelectual no processo de escrita do Outro.

Não perder de vista, portanto, as condições de produção desses discursos, as experiências traumáticas que os orientam, os pontos de vista assumidos, as possibilidades e os limites da mediação e a problematização de uma recepção ainda marcada por algum preconceito são os elementos que esta pesquisa, ainda em fase inicial pretende continuar investigando e problematizando.

Homens-Narrativas

O livro *Sobrevivente André du Rap (do Massacre do Carandiru)*, de André du Rap, publicado em 2002, tem uma estrutura comum entre as narrativas do cárcere publicadas no Rio de Janeiro e em São Paulo nos últimos anos. Escrito em primeira pessoa, reproduz na organização fragmentária do livro e no domínio precário das formas de expressão escrita a dimensão pouco organizada da memória dos eventos que viveu.

A história relatada não segue uma ordem linear. Começa no dia dois de outubro de 1992, dia do seu aniversário e do evento que ficou conhecido como Massacre do Carandiru, do qual ele é um dos sobreviventes e razão inicial pela qual escreve. Ao longo do volume segue-se um panorama ilustrativo da experiência dentro das prisões e da sua vida antes de ser preso e termina no mesmo ponto em que começou.

De maneira representativa, ao final do primeiro capítulo do livro, intitulado “O

massacre do Carandiru”, André expõe a combinação das dimensões pessoal e pública do seu livro: “É um pedaço da minha vida e eu tenho que estar aberto para falar disso. Foi um fato que aconteceu e está escrito na história do país.” (DU RAP, 2002, p.26). Ele reivindica seu lugar de testemunha, consciente da importância da sua condição de sobrevivente, em condição, portanto, de organizar uma fala em tensão com a experiência traumática que viveu. O espaço textual aqui, portanto, assume teor propriamente testemunhal na medida em que objetiva dar a conhecer uma experiência excepcional vivida por um indivíduo, uma vez que tal experiência, investida de uma dimensão simbólica e representativa, interfere na história do país e fala sobre ele.

Dessa maneira, a postura de André du Rap aponta para a emergência de uma enunciação relativamente recente na literatura do cárcere e cujo perfil, como aponta João Camillo Penna⁴, é inaugurado com o livro *Quatrocentos contra um: uma história do Comando Vermelho*, já que a produção escrita a partir daí passa a ser narrada também por aquele que viveu a experiência do encarceramento e não por aquele que, privilegiado, na tradição das narrativas do cárcere no Brasil, configurava-se como único autorizado a falar.

Por isso, o fundamental na sua postura é perceber que ela não deriva apenas da vontade ou da disponibilidade para falar, mas da configuração de um espaço que abre a possibilidade de falar com autoridade, na medida em que revela a transição de um estado de exclusão para a afirmação de sua condição diferencial. Ou seja, trata-se de assumir um discurso cujo valor passa a ser reconhecido dentro e fora do espaço prisional e que, portanto, merece ser ouvido/lido.

Todavia, a postura de André du Rap não desconsidera que frente ao controle do discurso, manifesto sobretudo numa *censura* social velada e que frequentemente silencia grupos marginalizados, embora tenha aberto algum espaço para a manifestação da expressão de tais grupos, ainda precisa recorrer a alguns mecanismos de autorização: daí a assinatura do jornalista Bruno Zeni e do cuidado revelado na escrita que busca dialogar com um interlocutor que não integra o seu universo social.

Daí resulta também o esforço de mostrar-se importante entre os seus pares a partir de uma condição distintiva por não ser muito comum entre aqueles que compõem a massa carcerária, ou seja, a daquele que se relaciona bem com o mundo das letras e encontra nesse universo uma dupla função: a de ajudar os companheiros e a de se ajudar a passar o tempo ocioso com o vasto material que se oferta cotidianamente:

É uma forma de preencher o tempo – contar as histórias. Dali, tudo é conteúdo pra você montar uma letra, um poema, uma poesia. Você fica com aquilo na mente. Por exemplo, o cara conta uma história duma mina que ele conheceu lá fora. Você coloca aquilo na mente e começa a escrever. Várias músicas minhas eu compus assim. História minha mesmo, uma mina que eu conheci aqui fora, uma mina que eu lembrava, uma situação que eu vi dentro do pavilhão. Então, tudo é conteúdo. É uma forma de você ocupar a mente. Lá dentro tem vários escritores, tem os caras que escrevem, pegam a caneta, montam várias histórias baseadas na sua história. A literatura é muito grande lá dentro, é infinita. Eu escrevia mais letra de rap, poesia, sempre gostei mesmo de usar a mente pra música. Mas conheço vários caras que escrevem livro. Tudo é conteúdo, é só você pegar e encaixar as coisas, “Isso aqui dá legal pra mim, é um personagem”. É assim o dia a dia. (DU RAP, 2002, p.54)

⁴ Ver artigo intitulado “Sujeitos da pena”. In: BOCAYUVA, Helena e Nunes, Silvia Alexim, orgs. *Juventudes, subjetivações e violências*. Rio de Janeiro: Contracapa, 2009, pp. 101-128.

Para o autor de *Sobrevivente André du Rap*, as situações vividas na cadeia constituem material rico e abundante, não apenas para aquilo que resulta na sua criação pessoal, mas também para vários outros na mesma condição que ele. Para esses homens aproximados de algum modo do universo da escrita, o que ocorre frequentemente estimulados pelo universo musical⁵, o cotidiano e as histórias tantas vezes narradas convertem-se em matéria facilmente assimilável como criação literária, o que se revela na atitude ficcionalizante demonstrada no uso de palavras próprias do universo ficcional.

Quanto a esse aspecto talvez importe lançar uma problematização quanto ao pacto de leitura que a obra pretende estabelecer com o leitor, na medida em que o que se declara parece transgredir de alguma forma o pacto referencial que a narrativa em primeira pessoa, a assinatura do autor e o tema que a enformam parecem indicar como modo de leitura.

Talvez haja aí uma indicação de outra chave de leitura que revele certo grau de elaboração ficcional e de fabulação que não devem ser desconsiderados se não se perde de vista a intenção de construir uma subjetividade positiva e que o “espaço autobiográfico”, na definição de Lejeune, compreende a reunião dos vários elementos que estão ao alcance da figura do autor: as produções literárias, as histórias compartilhadas, as suas memórias e suas declarações sobre a constituição da sua própria obra.

Nessa narrativa, portanto, a promessa explícita de dizer a verdade parece ser compatível com essa outra dimensão de produção da escrita literária. A possibilidade de trânsito entre os dois universos não se anuncia como um problema constitutivo do ato narrativo e, por outro lado, anuncia a complexidade e a ambiguidade de um discurso que mobiliza um amplo mosaico de referências internas e externas à prisão e que se constrói ao mesmo tempo por um olhar que ora se volta para dentro ora para fora dela. O dom da escrita assume, desse modo, a sua dupla configuração, já que integra ao mundo prisional reforçando laços e apresenta-se como fator de inclusão social, uma maneira de lidar com o estigma que se cola ao detento.

À essa facilidade aludida na obra de André du Rap, contrasta a extrema dificuldade do memorialista Graciliano Ramos de entender o que se passava quando da sua experiência no cárcere e da sua tentativa de resgatar da memória os eventos ali vividos. O esforço de compreensão da rotina, das relações, dos tipos com quem convivia era frequentemente vencido pela fadiga e pela sensação clara de fracasso. A realidade mostrava-se confusa, com traços quase sempre indefinidos, confrontando valores, certezas e convicções. O movimento de aproximação, de diálogo, sentido quase sempre como vão, conduzia frequentemente ao ensimesmamento ou ao estado de encaramujamento, para remeter ao traço da perspectiva que Alfredo Bosi em artigo sobre o *Memórias do cárcere* definiu como realismo problemático.⁶

Em suas páginas encontra-se um narrador consciente de que narrar implica fazer escolhas, organizar artifícios, selecionar eventos, trabalhar sobre a linguagem. Todo um

⁵ No artigo intitulado “A guerra de relatos no Brasil contemporâneo. Ou: a dialética da marginalidade”, João Cezar de Castro Rocha cita a seção “Aliados”, do livro *Sobrevivente André du Rap*, na qual companheiros do hip hop falam da convivência com o autor, para discorrer sobre o “caráter coletivo da experiência literária e artística” e cujo traço constitui-se como elemento fundamental na composição daquilo que ele define como “Dialética da marginalidade.” In:

http://w3.ufsm.br/revistalettras/artigos_r32/revista32_2.pdf

⁶ “A escrita do testemunho em *Memórias do cárcere*”. Alfredo Bosi.

In: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40141995000100020

investimento formal e ético que travavam e impossibilitaram por anos o trabalho de reconstrução das suas memórias:

Nesta reconstituição de fatos velhos, neste esmiuçamento, exponho o que notei, o que julgo ter notado. Outros devem possuir lembranças diversas. Não as contesto, mas espero que não recusem as minhas: conjugam-se, completam-se e me dão hoje impressão de realidade. (...) O ato que nos ocorre, nítido, irrecusável, terá sido realmente praticado? Não será incongruência? Certo a vida é cheia de incongruências, mas estaremos seguros de não nos havermos enganado? Nessas vacilações dolorosas, às vezes necessitamos confirmação, apelamos para reminiscências alheias, convencemo-nos de que a minúcia discrepante não é ilusão. (RAMOS, 2008, p. 15).

Talvez seja em função do reconhecimento de tamanhas limitações que Graciliano questionasse a viabilidade do seu empreendimento e tenha assumido o caráter frágil e infiel da sua narrativa, já que conduzida pela orientação da sua vaga memória e da sua verdade sobre os eventos que lhe coube viver, sentir e dividir com outros companheiros. Seu maior cuidado, portanto, é não trair a realidade dos fatos sem desconsiderar a dificuldade de cumprir a sua mais profunda promessa.

Dificuldade encontrada e em alguma medida problematizada, ainda que por outro viés, também por William da Silva e descrita já nas primeiras páginas do seu livro que estava engavetado por muitos anos, quando ele salienta que conta apenas com a memória para recompor sua trajetória e a dúvida que ainda o faz vacilar diante da possibilidade mais concreta de escrever o livro: “por que a história de um homem haverá de interessar a outros homens?”

A pergunta pode ser lida a partir de duas chaves de leitura: de um lado, ela pode ter sido a responsável pelo travamento inicial do livro, ou seja, por que escrever a história de um homem simples, mais um homem comum entre tantos outros cuja vida transcorre a maior parte na passagem de um presídio a outro? O que a torna especial em relação às demais?

Por outro, talvez seja justamente o lugar comum de sua história que interesse narrar, porque a vida dentro dos muros da prisão interessa aos que estão do outro lado da cidade. Talvez, a narrativa sobre essa vida interesse sobretudo para desconstruir as imagens que sobre ela se projetam muitas vezes de modo idealizado e/ou monstruoso. Talvez o projeto comum de tais narrativas – a de homens comuns egressos do universo marginal – tangenciem esse viés e desse modo deixem entrever também um reflexo deformado do nosso país. De modo mais ou menos consciente. O momento em que ela vem a público articula-se como possibilidade de resposta, quando o espaço e a demanda para essa narrativa começam a se configurar de modo mais definido e aberto a novas discussões.

Mas toda essa problematização que assolava Graciliano Ramos e o autor de *Quatrocentos contra um* parece não se configurar na poética narrativa de Du Rap. Mais adiante, ainda na mesma página da citação anterior, ele continua narrando a rotina do escritor e da sua prática de escrita: Não é bom estar preso, mas o lado bom que a gente fala, é à noite, quando você está livre de tudo. Este é o lado bom, eu me sentia livre. Em pensamento, em pensamento. (DU RAP, 2002, p.54).

A revelação de um momento bom para a escrita, à noite, quando está livre de tudo, nos remete à mesma expectativa que experimentou Graciliano Ramos quando soube que seria preso e considerou que, enfim, teria a oportunidade perfeita para terminar em sossego a revisão do romance que estava em processo e que há mais de um ano não conseguia

concluir pelo excesso de ocupações que a vida de homem casado, com filhos pequenos, pobre e recém-desempregado o impunham: “Naquele momento a ideia da prisão dava-me quase prazer: via ali um princípio de liberdade.” (RAMOS, 2008, p.24).

Uma vez detido, entretanto, ao contrário do que experimenta André Du Rap, Graciliano esbarra nas adversidades típicas da rotina carcerária e não consegue encontrar espaço adequado para a prática da escrita, mesmo a mais superficial, o escritor vê-se desestimulado pelo ambiente inóspito, “índiferente e murcho, incapaz de vencer a preguiça enorme subitamente aparecida, a considerar baldos os esforços” (RAMOS, 2008, p.78) e rapidamente abandona o projeto de revisão do romance e de fabricar uma novela na cadeia (idem).

Mais uma vez aqui se mostra produtiva a aproximação com William, que ratifica as dificuldades para a escrita encontradas nas prisões, mas, ao contrário do que observa Graciliano, foi ali que se iniciou o seu ingresso no mundo cultural e político. O contato com textos de Euclides da Cunha, Lima Barreto, Jorge Amado ensinou-lhe o valor das palavras e o ritmo da língua (LIMA, 2001, p.37)⁷ e o contato com alguns membros da Aliança Nacional, integrantes da Associação dos Marinheiros e com algumas publicações do Partido Comunista e Che Guevara fundamentavam a base para uma configuração intelectualmente diferenciada do contexto descrito por Du Rap.

Notar estas diferenças entre o modo como tais autores se relacionam com a escrita dentro do cárcere significa também revelar, naturalmente, um modo distinto de perceber tal realidade e o próprio processo de escritura. Talvez importe destacar os lugares pelos quais essa mesma realidade é vivida. Graciliano vive a prisão a partir do lugar da observação, da análise favorecida pelo distanciamento, ainda que estivesse também na condição de presidiário e o recurso da primeira pessoa para ele surgisse como imposição, estratégia que não o agrada, mas que adota movido por um esforço de adequação ao “pacto referencial” que esse tipo de escrita solicita.

Diferentemente do que se observa na narrativa de André du Rap, que narra a sua experiência de encarceramento e as atrocidades pelas quais passou no tempo em que esteve detido a partir de uma tentativa de contar a sucessão dos fatos, no caso de William da Silva Lima, o que se observa é uma narrativa que começa em “*media res*”, trazendo o leitor para dentro de uma cena já em andamento no dia oito de novembro de 1983, num dos cubículos do Presídio Milton Dias Moreira, construído para receber os presos políticos que aguardavam anistia.

A descrição da execução do plano de fuga, tão cuidadosamente planejado e que exigiu horas de investimento minucioso com ferramentas pouco adequadas para o trabalho a fim de garantir a aparente normalidade da rotina apresenta-se como ato de fala que não apenas descreve a cena, mas a coloca em prática de novo, estratégia que revela certo manejo com as estratégias clássicas da escrita literária.

Com o livro, organizado sob a forma de um relato autobiográfico em primeira pessoa, no qual observa-se uma justaposição de temporalidades distintas carregadas se símbolos e afetos, William conta a história da sua vida redundante (LIMA, 2001, p.25) ao

⁷ Entre os escritos do cárcere é comum encontrar-se referências a uma longa lista de clássicos da literatura ocidental como a autorizar a escrita porque conhecedora da boa literatura. É como se revelando a leitura de obras consideradas importantes os autores agregassem um valor às suas obras que, desse modo, passariam a ser mais críveis ou mais legítimas.

mesmo em que tece uma descrição e uma reflexão sobre a gênese da criminalidade organizada tal como a conhecemos hoje. Esses dois elementos – a vida de William e a formação do Comando Vermelho – revelam-se imbricados e vinculados à própria reconfiguração pela qual a cidade e a sociedade passavam em torno da década de 70.

A força dessa abordagem no livro de William da Silva se situa justamente na conformação de uma identidade que é essencialmente política e que, dessa maneira, extrapola o limite do indivíduo na medida em que se projeta sobre sua dimensão coletiva. Ao tratar das potências das autobiografias escritas pelos excluídos, Elizabeth Duque-Estrada aponta para o caráter reparador dessa escrita na medida em que ele confere ao autor a possibilidade de recuperação do próprio discurso: “Mais do que isto, o “excluído” pode compreender-se através de um questionamento e mapeamento das condições históricas que anularam sua identidade” (DUQUE-ESTRADA, 2009, p.156).

Há que sublinhar uma série de efeitos que se verificam no decurso da narrativa de *Quatrocentos contra um* que revelam o desejo de extrapolar o autoexame. Um diagnóstico negativo do seu tempo, por exemplo, e que se dá a ler nas indagações sobre os possíveis antídotos que poderiam ser ministrados a fim de transformar a realidade do sistema carcerário brasileiro. Orientado por essa linha, o final do livro se desenha uma evocação de exemplaridade e possibilidade de salvação. Ao mesmo tempo propõe uma sociedade dos esperançosos. Sentimento que lhe garantiu a sobrevivência ao longo dos anos em que esteve do lado de dentro dos muros da cidade de pedra.

A narrativa de William da Silva e de André du Rap se inscrevem assim no contexto das narrativas contemporâneas do cárcere, inseridas numa dimensão crítica da realidade, são frequentemente orientadas por um movimento prospectivo que encerra uma positividade em direção a uma possibilidade de resgate apesar de todas as investidas desmotivadoras ministradas cotidianamente pelo “sistema” que oprime. A narração de eventos passados que inicialmente motiva tais discursos os move para a apresentação daquilo que se quer conquistar ou para aquilo que não mais caracteriza os indivíduos que passaram pela experiência do cárcere. É desse modo que, ao deslocarem do privado para a esfera coletiva o centro do seu relato, tais narrativas tornam-se importantes contribuições para os debates literários e culturais.

Em *Carandiru*, de Drauzio Varella, escritor “autorizado” a falar sobre a realidade prisional a partir da sua experiência no presídio que dá nome ao livro, os detentos com os quais manteve contato são transformados personagens do texto, assumindo uma dicção que dentro de situações desprovidas de sentido ou plenas de violência física ou psicológica parecem ter como objetivo fazer rir. Suas personagens, embora ancoradas num referencial concreto – os homens que ele consultou – são bonachonas, engraçadas, sonhadoras, mas extraídas de um plano mais ampliado de configuração de suas identidades, filtradas pela mirada do médico-escritor, o que as coloca, de certo modo, num mundo à parte, o da literatura, da criação que acomoda e tranquiliza, posto tratar-se de homens de papel.

É a partir dessa estratégia de configuração das personagens que se dá a virada observada no tratamento dado aos fatos quando narrados pelos homens comuns que as vivem e protagonizam e pelo escritor tradicional que encontra na mediação um modo de subjetivar-se. Aí se verifica o momento em que o outro deixa de ser o “bandido ameaçador” e passa a compor uma possibilidade de contato mais tranquilo, ainda que de longe e ainda que tal representação contribua pouco efetivamente para a revisão de sua configuração inicial. Ou seja, é também nessa dimensão que a obra de Varella se afasta de um dos objetivos centrais das narrativas produzidas por ex-presidiários: com elas, os

autores pretendem construir uma nova imagem sobre si mesmos, menos vinculadas aos estereótipos e preconceitos associados à sua imagem.

As histórias curtas de Varella investem na descrição vaga de alguns objetos, na retomada de alguns dados da vida daqueles sobre quem ele escreve, salientando algum aspecto da rotina e das mazelas com as quais os presos lidam e por vezes ridicularizando alguma figura “respeitada” e nesse deslocamento, apresenta ao leitor alguns flagrantes da vida íntima na prisão. É o que ocorre em “Amor de mãe”, na qual se relata a história de um rapaz “que tinha fama de assaltante destemido, ligação com bicheiros, cicatriz no supercílio direito e era subencarregado da Faxina do Pavilhão Oito, o dos reincidentes” (VARELLA, 2005, p.159) e que chegou à sala de consulta muito debilitado em função de um abscesso na bolsa escrotal, problema que se agravava, provocando dor intensa, por oito dias.

Diante da gravidade do problema e da precariedade dos recursos para o cuidado necessário, Varella decide encaminhá-lo ao hospital. Novamente, a configuração de um homem forte e bravo se revela: “Que é isso, doutor, o senhor tá falando com um homem que tem quatro balas no corpo. Só no antigo DEIC me penduraram mais de vinte vezes. Já apanhei de cano de ferro duas horas e não entreguei o que os homens queriam. Se é pela dor, já era: é comigo mesmo!” (VARELLA, 2005, p.159).

Ao ser submetido, sem anestesia, ao procedimento de limpeza da região afetada pela inflamação, entretanto, configura-se a imagem de um homem frágil, que diante da dor “tremia feito vara verde, pálido, lavado de suor” e “obcecado pelo amor filial”. Terminado o procedimento e tendo se retirado agradecido e mais aliviado o paciente, a vergonha encenada toma forma nas palavras de um auxiliar de limpeza enquanto lava a maca onde há pouco se contorcia e chorava chamando pela mãe o bandido até ali respeitado por todos: — Pô, um bandido assim, assaltante de carro-forte, subencarregado da Faxina, implorar pela mamãezinha desse jeito! (VARELLA, 2005, p.161)

Por outro lado, há aí uma espécie de humanização das personagens a partir do olhar de fora, do estrangeiro, interessado na recuperação dos gestos, das maneiras e da condução dos problemas cotidianos, na medida em que apaga as feições individuais tornando-as quase caricatura, no sentido de fazer dar a ver um personagem coletivo ao falar de alguns exemplos ilustrativos que servem para muitos. Mas ainda assim, tal organização deixa entrever um olhar que tenta apreender uma realidade que só pontualmente se dá a conhecer e cuja dimensão mais prenhe de problematizações escapa sob a máscara da escrita bem organizada e da sintaxe bem construída que se coaduna com a nossa legítima vontade de conhecer o Outro e não fere nossa escala convencional e aceitável de aproximação com esse universo.

Permanece, pois, em *Carandiru* certo exotismo de fundo, que em alguma medida parece reafirmar o lugar de objeto do discurso culturalmente destinado aos pobres, excluídos e marginais. A escrita do autor de *Carandiru* revela um discurso ainda muito preso à necessidade de marcar certa distância entre o intelectual, o médico, homem das letras e a matéria humana de que se serve. E aí talvez se evidencie um dos aspectos mais problemáticos do livro. Drauzio Varella dispõe-se a ouvir os presos que sobreviveram, que falam por aqueles a quem nem mesmo a morte deu o direito à fala, mas não lhes cede a fala, fala por eles.

Postura que Gayatri Spivak condena por entendê-la como apropriação da voz do Outro, já que para ela não interessa dar voz ao subalterno, que estará sempre na condição

de ser falado por, uma vez que a autora para quem o sujeito subalterno é um efeito do discurso dominante, rejeita a possibilidade de tradução do discurso do Outro para o discurso sempre impotente do Eu. Resistência que abre o seu já clássico ensaio “Can the Subaltern Speak?”:

Algumas das críticas mais radicais produzidas pelo Ocidente hoje são o resultado de um desejo interessado em manter o sujeito do Ocidente, ou o Ocidente como Sujeito. A teoria dos “sujeitos-efeitos” pluralizados dá a ilusão de um abalo na soberania subjetiva, quando, muitas vezes, proporciona apenas uma camuflagem para esse sujeito do conhecimento. Embora a história da Europa como Sujeito seja narrada pela lei, pela economia política e pela ideologia do Ocidente, esse sujeito oculto alega não ter “nenhuma determinação geopolítica”. (SPIVAK, 2010, p.20)

A questão que se coloca fundamentalmente é que invariavelmente o Outro estará sempre na condição de sujeitado na mediação: seja quando retratado na sua condição de vítima – e portanto, de objeto; seja quando recebe o benefício da fala através da mão do outro que escreve o seu discurso, como se observa no *Carandiru*. De qualquer maneira, para Spivak, o produto daí resultante já não será legítimo.

Sem ignorar a sua condição, Bruno Zenni, coordenador do livro *Sobrevivente André du Rap*, tem claro que a tarefa de coordenação implica uma relação de poder, que está exercendo uma forma de domínio e marca no livro o desconforto da questão. A tradução disso aparece claramente explicitada na última parte da obra, quando ele mesmo apresenta o nascimento do projeto e o processo de organização do livro; e aparece também ao longo do livro em certo estranhamento provocado na narrativa, em aparentes contradições, incoerências no plano do conteúdo ou em relação à escrita, às vezes pobre demais, às vezes marcada pela oralidade a revelar a não interferência do jornalista na obra do ex-detento.

Esse desconforto naturalmente se configura a partir de uma problematização da mediação e do papel do mediador onde francamente se pretende dar voz ao Outro. Zenni demonstra consciência de que seu papel é limitado, de que sua voz (ou sua escrita) não é universal e em alguma medida, sua postura expressa a lição fundamental que Foucault, ao questionar a autoridade absoluta do intelectual, nos ensina: a da indignidade de falar pelos outros (Cf. FOUCAULT, 1984, p. 72).

Desse modo, embora a postura de Spivak pareça incontornável, como tentei demonstrar, as narrativas do cárcere parecem possíveis de serem narradas a partir de uma negociação mais ou menos explicitada que implica um movimento de releitura do papel das instituições que detêm o poder de legitimá-las. Mas implica também, e sobretudo considerando-se a emergência de novos sujeitos sociais, uma possibilidade de abertura para uma nova audição na qual o pensamento crítico, diante do incômodo de tratar do Outro e do reconhecimento das suas próprias limitações, encontre também a sua mais profunda relevância.

Referências Bibliográficas

- 1] ANDRÉ DU RAP. *Sobrevivente André du Rap (do Massacre do Carandiru)*. Coordenação editorial Bruno Zenni. São Paulo: Labortexto Editorial, 2002.
- 2] ARFUCH, Leonor. *O espaço biográfico: dilemas da subjetividade contemporânea*. Trad. Paloma Vidal. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2010.

- 3] BAUMAN, Zigmunt. *Vidas desperdiçadas*. Trad. Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2005.
- 4] FOUCAULT, Michel. Os intelectuais e o poder. Conversa entre Michel Foucault e Giles Deleuze. In: _____. *Microfísica do poder*. Org. e trad. Roberto Machado. 4ª ed. Rio de Janeiro: Graal, 1984, pp. 69-78.
- 5] DUQUE-ESTRADA, Elizabeth Muylaert. *Devires autobiográficos: a atualidade da escrita de si*. Rio de Janeiro: NAU/PUC-Rio, 2009.
- 6] JOCENIR. *Diário de um detento: o livro*. São Paulo: Labortexto Editorial, 2001.
- 7] LEJEUNE, Philippe. *O pacto autobiográfico: de Rousseau à Internet*. Org. Jovita Maria Gerheim Noronha. Trad. Jovita Maria Gerheim Noronha e Maria Inês Coimbra Guedes. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.
- 8] LIMA, William da Silva. *Quatrocentos contra um: uma história do Comando Vermelho*. Prefácio de Percival de Souza. 2ª ed. São Paulo: Labortexto Editoril, 2001. [1ª edição: Vozes, 1991.]
- 9] MENDES, Luiz Alberto. *Memórias de um sobrevivente*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
- 10] RAMOS, Graciliano. *Memórias do cárcere*. 44ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2008.
- 11] RODRIGUES, Humberto. *Vidas do Carandiru: histórias reais*. São Paulo: Geração Editorial, 2002.
- 12] SPIVAK, Gayatri Chakravorty. *Pode o subalterno falar?* Trad. Sandra Regina Goulart Almeida, Marcos Pereira Feitosa e André Pereira Feitosa. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.
- 13] SELIGMANN-SILVA, Márcio. O testemunho: entre a ficção e o “real”. In: _____, org. *História, memória e literatura: o testemunho na era das catástrofes*. São Paulo: Editora da Unicamp, 2003, pp. 371-385.
- 14] VARELLA, Drauzio. *Estação Carandiru*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

i **Teresa CRUZ, Doutoranda.**
Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)
E-mail: ateresacruz@yahoo.com.br